



Centro de Estudos e Ação Social

**BOLETIM
INFORMATIVO**

**20
21**

No ano de 2021, o CEAS dedicou-se a manter a articulação “De Movimento a Movimento”, que tem levado alimentos agroecológicos, oriundos de comunidades camponesas em luta por reforma agrária, a comunidades urbanas e rurais (da capital e cidades do interior da Bahia), também em processos de resistência, e promovido encontros (on-lines e presenciais) para discussão e consolidação de uma aliança estratégica entre Campo e Cidade para a construção da soberania alimentar de base agroecológica, fortalecimento da defesa territorial e defesa dos bens comuns.

As ações foram iniciadas no ano anterior com a emergência da pandemia de Covid-19 e do acirramento das crises capitalistas – aumento da fome, do empobrecimento, desemprego, violências e violações contra os povos e seus territórios. Diante desse cenário, a esperança de superação e proposição de alternativas emergem da organização coletiva e da luta popular comunitária. De um lado, a campanha fortalece a produção e comercialização de alimentos saudáveis – com respeito à natureza, sem uso de venenos e sem exploração do trabalho das camponesas e camponeses – chamando atenção para a importância da reforma agrária e da luta pela terra. De outro, contribui com a resistência das comunidades nos seus territórios, desafiando a política de fome, insegurança e morte, e costurando uma rede solidária e de resistência entre os povos para cultivar experiências de autonomia e de construção do poder popular e do bem viver.

Nas próximas páginas deste Boletim Informativo, será possível acompanhar também, além dos vitoriosos resultados com a Campanha "De Movimento a Movimento", outros frutos conquistados a partir da luta coletiva de toda a equipe do CEAS, juntamente com os/as nossos (as) associados (as), parceiros (as) e diretoria, ao longo do ano de 2021. Um trabalho plural que continua tecendo esperanças em tempos sombrios.

SUMÁRIO

04

Equipe Rural

14

Breve análise da atuação do Programa Urbano

18

De Movimento a Movimento

24

Vídeos - Ações "De Movimento a Movimento"

25

Programa Memória

32

Análise de conjuntura

33

Cadernos do CEAS

SITUAÇÃO POLÍTICA E ESTRUTURA JURÍDICA

Em 2021, o contexto regional de execução das ações do programa rural do CEAS, assim como todo o Brasil, seguiu o ritmo definido pelos desdobramentos da pandemia de Covid-19. Nos primeiros oito meses do ano, o pagamento de um benefício aos trabalhadores, aprovado pelo Congresso Nacional, no valor de R\$ 600,00, possibilitou um certo alívio nas condições de sobrevivência dos trabalhadores e grupos sociais mais expostos às consequências socioeconômicas da crise sanitária, em muitos aspectos, continuamente agravada pela atuação do governo Bolsonaro, como a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Congresso Nacional conseguiu demonstrar.

Nacionalmente, o contexto foi também marcado pelo agravamento da crise econômica e social. Cresceram os números de desemprego, pessoas em situação de rua e de insegurança alimentar, ações governamentais em franca oposição aos interesses dos trabalhadores, ao meio ambiente e de claro favorecimento aos setores ligados à mineração, agronegócio e à agroexportação.

Em relação à pandemia, a irresponsabilidade oficial chegou ao ponto de atrasar, intencionalmente, a compra e distribuição de vacinas, quando disponíveis e ofertadas por laboratórios como a Pfizer, deixando de evitar a morte de 95 mil a 145 mil vidas.¹ A hipótese dessa conduta, evidenciada pela CPI, indica a tentativa de compra superfaturada de vacinas por meio de intermediários suspeitos, o que foi frustrado por denúncias e pelas investigações congressuais. Assim, a região de execução do Projeto, assim como todo o país, seguiu, na maior parte do ano, envolto em sombras, com as ações recomendadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) sabotadas politicamente.

Devido à impossibilidade de realização de trabalhos presenciais, na maior parte do ano, as reuniões e discussões relativas ao projeto ocorreram, basicamente, em espaço virtual. Este contexto gerou forte dispersão dos grupos que vinham atuando de forma articulada até o início de 2020. Em fins de 2021, com o retorno às atividades presenciais, as ações da Equipe concentraram-se na reorganização

1 - Cf. Pedro Hallal, epidemiologista da Universidade Federal de Pelotas, RS
<https://congressoemfoco.uol.com.br/legislativo/cpi-da-covid-ouve-pedro-hallal-e-jurema-nerneck/> acesso em 26.06.2021.

das articulações e coletivos. Em decorrência disso, algumas ações foram prejudicadas, a exemplo das que previam pressionar o Poder Legislativo de Encruzilhada-BA a fazer tramitar o Projeto de Lei de iniciativa popular que propõe disciplinar o uso dos bens naturais do território desse município, em especial, quanto ao cultivo de eucaliptos em áreas ambientalmente sensíveis. Todavia, foi possível realizar o encontro presencial de avaliação e planejamento na Bacia do Rio Pardo e a Assembleia de Reorganização da Cooperativa do Movimento CETA.



Encontro virtual de Formação sobre Gestão das Águas da Bacia do Rio Pardo

De qualquer modo, muitos processos não deixaram de ter continuidade virtualmente. Exemplo disso foi a Articulação em Defesa da Bacia do Rio Pardo, dando seguimento à sua plataforma digital, levou a cabo a realização de uma Audiência Pública conjunta com Deputados Federais e Estaduais dos estados da Bahia e Minas Gerais, onde se discutiu a necessidade de revitalização e gestão democrática da Bacia do Rio Pardo.

Presencialmente, as comunidades deram seguimento aos mapeamentos e cercamentos de nascentes, assim como a produção agroecológica em suas unidades familiares. A construção (por meio virtual) do Planejamento Estratégico e do Plano de Negócios do cacau de alta qualidade, em parceria com a Red Comparte (América Latina) e a Consultoria Sênior da ESADE Business School (Espanha), está em vias de conclusão, tendo sistematizado, em cartilha impressa e virtual, os passos técnicos para a sua disseminação.

Foi finalizado um amplo material formativo para capacitação de lideranças em gestão popular das águas da Bacia do Rio Pardo. Uma Cartilha com 48 páginas contendo análise descritiva da realidade socioambiental da Bacia (alto, médio e baixo) e das possibilidades de gestão formal e informal de bacia hidrográfica, além de mecanismos legais de cobrança e denúncias jurídicas relativas à gestão dos bens ambientais da bacia. Este material foi produzido com consultoria especializada, está impresso e chegando às comunidades para discussão continuada. O foco é democratizar a gestão dos bens hídricos nesta bacia, que continua gerida por um consórcio de irrigantes e a



ANA (Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico) a partir das necessidades dos monocultivos, com a exclusão da sociedade civil reforçada pela antipolítica ambiental e bolsonarista.

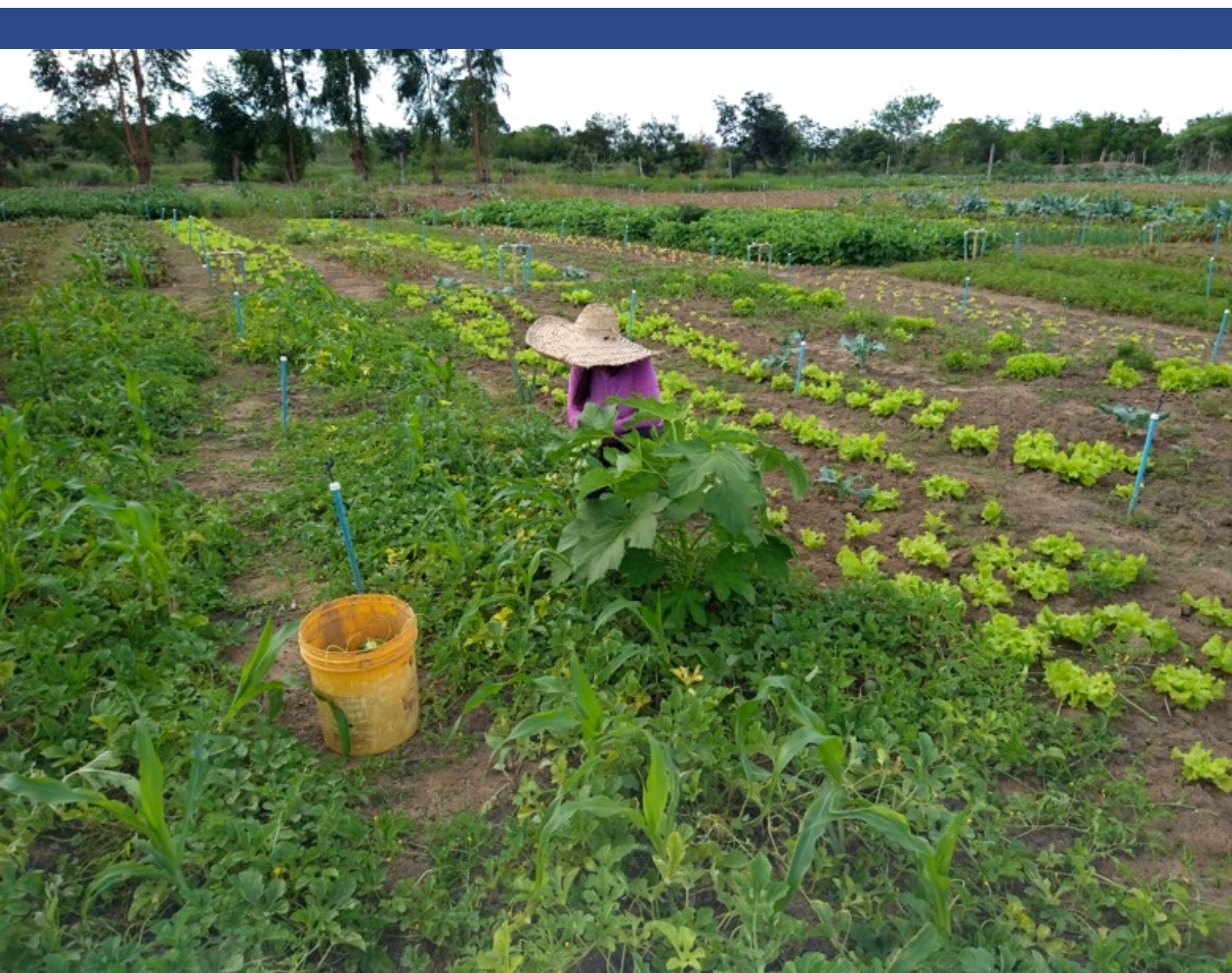
CONDIÇÕES SOCIAIS E ECONÔMICAS

Em 2021, sob o aspecto socioeconômico, destacaríamos como fato mais relevante o crescimento da produção agrícola agroecológica nas áreas do projeto, o que permitiu ampliar, significativamente, as relações solidárias entre o campo e a cidade, em um contexto de avanço da fome nas periferias urbanas da região, assim como em todo o país. De fato, a partir de setembro, observamos uma retomada das atividades econômicas prejudicadas pela pandemia. Por outro lado, o excesso de chuvas do final do ano causou novos e graves prejuízos aos grupos populares mais vulneráveis, milhares deles perdendo o pouco que possuíam em suas residências, ou mesmo da sua produção agrícola.

Nesse contexto, ao longo do ano, o CEAS procurou criar o suporte necessário, logístico, organizativo e financeiro para que 20 toneladas de alimentos das áreas rurais do projeto fossem distribuídas às comunidades afetadas pela crise socioeconômica e sanitária nas regiões sudoeste, sul e na capital do estado.

Dessa forma, se, em 2020, o foco foi a fabricação de álcool antisséptico (70%) e máscaras faciais, em 2021, a atenção principal recaiu sobre a distribuição de alimentos às vítimas mais impactadas pela pandemia, as populações periféricas, em maioria negra e pobre, com famílias onde as mulheres arcam com quase tudo.

Seguimos, portanto, com iniciativas que tendem a criar relações de solidariedade e empatia entre grupos populares, em intenção e gesto. Se o gesto está explícito na própria ação, a intenção foi verbalizada em panfletos, vídeos e encontros virtuais, onde camponeses e beneficiários dessas iniciativas discutiram suas condições de povos oprimidos e a necessidade de se unirem em ações sociopolíticas futuras em defesa da vida e de políticas públicas adequadas às suas demandas.



Unidade Familiar de produção de alimentos

Assim, em meio aos problemas e restrições impostas pela pandemia e, em dezembro, também pelas chuvas fortes e prolongadas que isolaram comunidades rurais, destruíram pontes, estradas, plantações e afetaram principalmente as cidades da região, em 2021, pôde-se perceber o estreitamento dos laços de solidariedade entre coletivos sociais na área geográfica do Projeto, que terão impactos positivos na gestão das águas e na produção e circulação de alimentos saudáveis agroecológicos, consequentemente, no fortalecimento das comunidades camponesas na defesa dos seus territórios permanentemente ameaçados pelo latifúndio, monoculturas irrigadas e pela mineração.

PROGRESSO DAS PRINCIPAIS ATIVIDADES - LINHAS DE INTERVENÇÃO

A continuidade da Pandemia, no ano de 2021, exigiu da equipe executora do projeto e dos parceiros e grupos beneficiários, a construção e o desenvolvimento de atividades que dialogassem com o enfrentamento do contexto sanitário e os objetivos do projeto. Aliado a este contexto, a estratégia de reuniões e formação por meio virtual permaneceu válida e cumpriu, dentro dos limites impostos do cenário pandêmico, a realização de ações nas dimensões formativas, articulações, fomento à produção e comercialização de produtos agroecológicos e a proteção dos bens hídricos.

Com relação ao alcance dos resultados obtidos do objetivo específico 1, as ações de formação para a gestão das águas da bacia, incidência direta de comunicação e a proteção dos bens hídricos foram os destaques principais do período neste objetivo.

No que diz respeito à formação, o projeto concluiu a elaboração da Cartilha “Gestão das Águas do Rio Pardo” (já citada acima) como um instrumento de formação a ser trabalhado com representantes da bacia (alto, médio e baixo). A cartilha sistematiza dados e informações coletadas através de fontes oficiais, bem como a partir da realidade das comunidades atendidas pelo CEAS e parceiros da Bahia e Minas Gerais. Este material também subsidia a discussão e reflexão entorno de possíveis caminhos formais e informais que a sociedade civil organizada pode acessar para a gestão sustentável da bacia. Ao todo foram impressos 1.000 (mil) exemplares, que, ao longo de 2022, serão distribuídos aos grupos em consonância com processo formativos. No formato virtual, foi realizado um momento formativo, utilizando esta cartilha, no segundo semestre, com carga horária de 06 horas, dividido em 3 dias.

A incidência direta de comunicação junto às comunidades, por meio da fixação de placas em comunidades ribeirinhas e banhadas pela bacia na parte média e baixa da bacia com informações socioeducativas e de alerta sobre as causas principais de sua degradação, foi algo construído coletivamente com os grupos locais, seja na elaboração das frases, seja na sua fixação em pontos públicos. A partir da mobilização institucional no acesso a projetos complementares e com a assessoria técnica do projeto em curso, implantou-se 16 placas em comunidades situadas nos municípios de Itambé, Encruzilhada, Ribeirão do Largo, Cândido Sales, Vitória da Conquista e Canavieiras.



Durante o período, ações de articulação e fortalecimento em espaços coletivos, como a Articulação da Bacia do Rio Pardo (ABHRP), bem como com outros espaços coletivos da Bahia e do Brasil, foram realizadas, utilizando para tal fim, o espaço virtual como ferramenta de comunicação para estes diálogos e articulação. Dois eventos oriundos e protagonizados pela a ABHRP foram realizados durante o período. O Seminário sobre o projeto de Mineroduto, complexo logístico de infraestrutura de extração e deslocamento do minério de ferro do município de Grão Mogol/MG a Ilhéus na Bahia, foi tema debatido em conjunto com representantes de toda a bacia. Este projeto e suas consequências para os povos da BA/MG possibilitou um maior conhecimento deste projeto pelas comunidades da bacia e, sobretudo, associá-lo nas estratégias de ação e diálogo com as entidades e grupos que estão diretamente envolvidos neste histórico conflito sócio ambiental.

**Fixação de Placa Educativa –
comunidade Cachoeira – município de Ribeirão do Largo.**



Nascente do rio mapeada, localizado na comunidade de Formosa, município de Itambé.

O segundo evento foi a realização de uma Audiência Pública Virtual que tratou sobre a realidade da Bacia do Rio Pardo. Essa audiência foi realizada em parceria com a Comissão Legislativa Participativa da Câmara dos Deputados. O encontro contou com a participação de Deputados/as Federais e Estaduais (BA/MG), gestores públicos e representantes das comunidades. Como resultado, pela primeira vez, a realidade da bacia foi pauta pública articulada junto aos representantes e legisladores baiano e mineiros. Ainda na mesma linha de intervenção relacionada à articulação, o projeto, em parceria com a Universidade da Espanha (ESADE) e Rede Comparte, concluiu o plano de negócios relacionado à cadeia produtiva do cacau agroecológico, reverberando na produção e impressão de 80 exemplares de cartilhas para serem discutidas junto aos representantes das áreas de Reforma Agrária atendidos pelo projeto.

A comunidade de Cachoeira, no município de Ribeirão do Largo, continuou realizando, no ano de 2021, a proteção dos bens hídricos, identificando 04 nascentes para realizar os seus cercamentos, sendo que outras 03 nascentes já foram mapeadas e cercadas pela comunidade no ano de 2020. O mesmo movimento de mapeamento também foi realizado na comunidade de Formosa, no município de Itambé, num importante afluente do Rio Pardo. Ao todo, estas nascentes são responsáveis para o abastecimento de água para consumo e produção de 60 famílias.

Em parceria com a organização Protection Internacional (PI), o projeto conseguiu adquirir materiais (estacas e arame) para o cercamento destas nascentes. A implantação destes 04 cercamentos foi prevista para o primeiro trimestre de 2022. Com estas nascentes a serem cercadas, o projeto alcançará o cercamento de 08 nascentes, contribuindo para a manutenção e restauração de 02 importantes afluentes da bacia.

Destaca-se a ampliação de pontos de comercialização direta (feiras livres) de produtos agroecológicos sendo comercializados e articulados com a Rede Povos da Mata nos municípios de Ilhéus, Ibirapitanga, Salvador, Maraú, Camamu e Irecê. Até o final de 2020, somente a feira do município de Itabuna constava nesse circuito de comercialização. Devido à pandemia, o circuito de Salvador não foi concretizado no ano de 2021. Esta ampliação conta com a participação direta de 70 famílias produtoras, um acréscimo de 40% de famílias quando comparado ao ano de 2020. Aliado a esta estratégia de comercialização direta de alimentos, como frutas, hortaliças, cereais e produtos beneficiados, a comercialização do cacau orgânico certificado chega no final de 2021 com 18 toneladas escoados para o mercado privado, alcançando uma receita bruta de R\$ 450.000,00, contemplando 88 unidades familiares de assentados e acampados certificados, sendo que destas famílias, 22 unidades familiares de assentados e acampados foram certificados e emitidos pela Associação Dois Riachões no ano de 2021. A cartilha sobre o manejo de produção do cacau agroecológico (relatado na seção anterior) cumprirá a função de expandir esta experiência para as demais áreas de reforma agrária do Movimento CETA.

A Política Pública de comercialização foi outra frente mobilizada pelo projeto no período, onde o Movimento CETA conquistou dois projetos de PAA local junto às Prefeituras dos municípios de Ubatã e Ibirapitanga, com valor contratado total de R\$ 80.316,39 fornecendo 18 toneladas de alimentos agroecológicos.

Esse acúmulo de experiência na área de comercialização vem demandando junto aos grupos e ao CEAS, desde o ano de 2020, na discussão para a implantação de uma Cooperativa, culminando assim, no final de 2021, em encaminhamentos concretos junto aos órgãos reguladores do sistema cooperativo nacional na regularização documental. Durante o ano de 2021, o acompanhamento do projeto possibilitou a atualização do estatuto e as orientações documentais para este processo de regularização. Projeta-se para o primeiro trimestre de 2022 a realização da assembleia de fundação da cooperativa.

De forma a mobilizar e ampliar os grupos em experiências de produção e comercialização agroecológica, o projeto está implantando uma área demonstrativa de produção agroecológica na área de Ocupação Boa Esperança (divisa do município de Ibirapitanga e Maraú), dessa vez gerida e coordenada especificamente por 08 mulheres. Os recursos financeiros para a compra dos materiais e insumos foram garantidos por meio de um pequeno projeto mobilizado através da Cia. de Jesus. Já o acompanhamento técnico para a implantação do projeto se deu mediante a parceria com a HEKS.

Os resultados elencados no período não só refletem as ações desenvolvidas no ano de 2021, mas também expressam as ações desenvolvidas desde o ano de 2019 (1º ano de execução do projeto). Mesmo num contexto atípico sanitário e de distanciamento junto aos grupos acompanhados nos anos de 2020 e 2021, avaliamos que as estratégias e tomadas de decisão frente a este cenário contribuíram positivamente para a manutenção do diálogo com os públicos assessorados, resguardando experiências e iniciativas que colaboram para a defesa das águas e do território na região da bacia do rio Pardo e na bacia vizinha do rio de Contas junto ao público de reforma agrária, servindo-nos como pontos focais de análise e reflexão para o debate e construção das estratégias a serem pensadas para o próximo período.

RESULTADOS INTENCIONAIS E NÃO INTENCIONAIS

Repete-se no ano de 2021, com a continuidade do contexto pandêmico, a dificuldade para operacionalizar algumas das ações projetadas e que, pela sua natureza metodológica, exige a presença e o contato direto da equipe técnica e os grupos acompanhados. Embora o mecanismo virtual de acompanhamento tenha conseguido suprir lacunas, principalmente no âmbito da formação e articulação, algumas atividades não puderam ser viabilizadas. Neste bojo, encontram-se as atividades de intercâmbio, visitas técnicas e mais especificamente duas ações: Assessorar a elaboração e implementação de um plano de incidência com foco na tramitação dos Projetos de Leis de Iniciativa Popular do município de Encruzilhada e a implementação de 01 (um) ponto de monitoramento de vazão de água em ponto crítico da bacia.

A primeira atividade, não só devido ao contexto da pandemia, mas também pela dificuldade de diálogo com a representação do Legislativo do município de Encruzilhada, não avançou no seu debate público, bem como a devida recolocação do Projeto de Lei de Iniciativa Popular para discussão na Câmara de Vereadores. De todo modo, foi elaborado um dossiê atualizado contendo alguns problemas

ambientais como lixões e obras públicas que estão impactando negativamente alguns dos principais afluentes do rio Pardo, como o rio Água Preta. O Ministério Público (seção Vitória da Conquista) abriu um inquérito civil (nº 11/21, IDEA nº 003.9.123223/2021) questionando a construção do novo mercado público municipal sob o rio Água Preta (importante afluente do rio Pardo), financiada pela Caixa Econômica Federal e o Ministério da Agricultura.

Esta obra já tinha sido registrada no dossiê como uma ação de enorme impacto ambiental, e que esta ação do MP vem reforçar os argumentos até então reivindicados pelo CEAS e grupos organizados e acompanhados no município de Encruzilhada.

Este dossiê será utilizado no ano de 2022 como forma de subsidiar e atualizar o debate junto às comunidades do município, bem como um documento que reforce as ações de mobilização e reivindicação de análise e debate do Projeto de Lei junto ao poder executivo e legislativo local.

E com relação à distribuição dos alimentos agroecológicos, ação citada acima com a Campanha "De Movimento a Movimento", no decorrer do nosso Boletim, a seguir, será possível conferir mais informações a respeito dos resultados que este projeto pôde proporcionar a centenas de famílias em situação de vulnerabilidade social e insegurança alimentar.



BREVE ANÁLISE DA ATUAÇÃO DO PROGRAMA URBANO

Diante dos ataques aos direitos humanos e sociais e da implementação de políticas genocidas impostas pelo governo federal, e, aprofundadas por governos locais, o aumento do desemprego, da fome e da falta de moradia impuseram novos desafios no contexto das lutas urbanas. Frente a isso, o Programa Urbano do CEAS reorientou a sua atuação para fortalecer o acompanhamento de grupos e movimentos sociais que lutam por moradia digna e direito à cidade no Centro Antigo de Salvador.

Durante a pandemia, o processo de expulsão das famílias negras do Centro Antigo de Salvador se intensificou com a consolidação da política urbana local que aposta no direcionamento de investimentos públicos milionários para a implementação de projetos urbanísticos e de incentivos fiscais voltados a atrair o setor turístico imobiliário e expulsar a população negra que ali resiste. No âmbito desses projetos de apropriação mercadológica da cidade há um alinhamento entre governo estadual e municipal, mesmo estes afirmando-se de campos políticos antagônicos. Assim, a privatização de bens públicos e, portanto, coletivos/comuns, vem sendo empreendida a partir de associações e convergências entre projetos do setor público e setores turístico-imobiliário, que avançam sobre territórios negros, não só do Centro Antigo de Salvador, mas também do Subúrbio Ferroviário – Baía de Todos os Santos, e de áreas verdes da cidade que representam estoques de terras na cidade. Como resultado, temos o avanço do capital turístico e imobiliário e o aumento da violência policial sobre esses territórios.

Diante desse cenário, nos dois primeiros anos de pandemia, as comunidades enfrentaram grandes dificuldades de mobilização e articulação, levando, em alguns momentos, ao desgaste físico, mental e político de algumas lideranças comunitárias relacionado ao acúmulo de tarefas e às dificuldades de organização frente ao cenário caótico. Neste sentido, a parceria do CEAS nas comunidades contribuiu para o planejamento de ações estratégicas dos grupos, no fortalecimento de ações de segurança alimentar, e de análises e reflexões críticas sobre a realidade, além do apoio na captação e gestão de recursos para a realização de projetos.

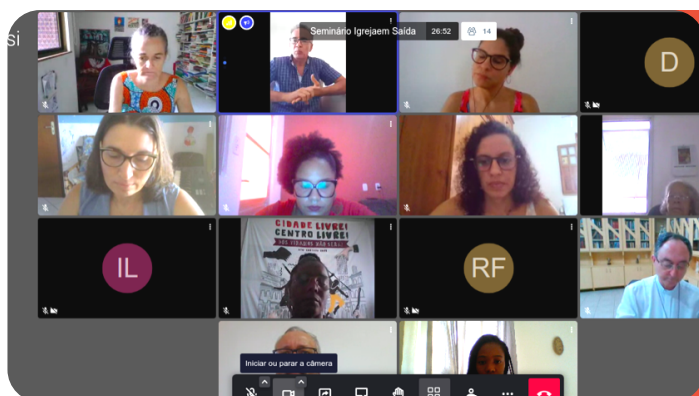
FORMAÇÕES SOCIOPOLÍTICAS



Com o aumento da população vacinada, em 2021, a continuidade do acompanhamento nos territórios pôde ser realizada em formato híbrido. No âmbito da formação sociopolítica, além de promover a realização de intercâmbios entre os pequenos

produtores rurais e os movimentos urbanos em formato on-line, foi possível viabilizar a vinda de representantes do Assentamento Dois Riachões do Movimento CETA, no Sul da Bahia, à ocupação do MSTB no Centro Histórico de Salvador promovendo o debate entre os movimentos do rural e urbano sobre a aliança estratégica em torno da soberania e segurança alimentar. O encontro durou cerca de 4 horas e teve a participação de 100 pessoas

O Programa Urbano do CEAS também articulou outros espaços formativos mais amplos sobre a realidade das lutas urbanas em Salvador. Entre abril e maio de 2021, o CEAS, em parceria com a Ucsal, promoveu o Seminário “Realidade sócio-racial e ambiental de Salvador: desafios para uma Igreja em saída” onde movimentos



sociais, setores acadêmicos e do clero debateram sobre a realidade dos territórios de resistência frente ao cenário de avanço do capital turístico e imobiliário, de aumento da violência policial sobre os corpos negros e de aumento da vulnerabilidade da população em situação de rua e dos trabalhadores e trabalhadoras informais.

Rodas de conversa - Luta das mulheres por igualdade e permanência no território na Gamboa de Baixo (09/03/2021)



O CEAS também esteve presente nos espaços de formação política das comunidades da Articulação do Centro Antigo construindo, coletivamente, junto aos grupos e movimentos sociais, as análises e sínteses sobre o contexto e o cenário das lutas atuais. Essas reflexões ajudaram no processo de produção

de materiais informativos com denúncias e reflexões sobre o cenário atual de retrocessos e a necessidade de articulação das lutas como via de enfrentamento. Esses materiais foram compartilhados nos territórios (e também junto a parceiros e associados) em formato impresso e audiovisual.



Rodas de conversa - Formação de lideranças na Ladeira da Preguiça (24/03/2021)



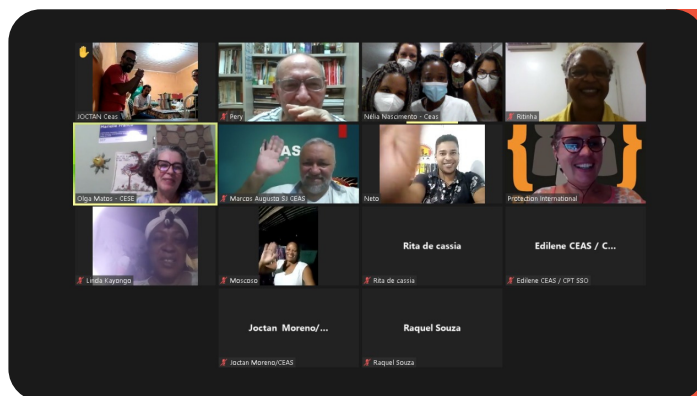
Rodas de conversa - Projetos urbanísticos que incidem no Centro Histórico (09/03/2021)



A parceria entre o CEAS e PI-Protection International, firmada desde 2020, se consolidou com a realização do encontro presencial na sede do CEAS, com a presença de lideranças comunitárias da Associação Amigos de Gegê dos Moradores da Gamboa de Baixo, do Movimento Sem Teto da Bahia e do

Grupo de Mulheres do Alto das Pombas (Grumap). Na ocasião, PI apresentou algumas dimensões do trabalho que desenvolve no âmbito da proteção individual e territorial das defensoras e defensores dos Direitos Humanos na América Latina. A parceria com PI está possibilitando a execução de ações conjuntas nos territórios, no acompanhamento da construção da cerca viva, em Quilombo Paraíso, e na elaboração de um plano de análise de riscos na Gamboa de Baixo. O trabalho de Protection International tem como foco a gestão da segurança e do risco com lideranças, especialmente mulheres, comunidades camponesas e indígenas em sua luta pelo direito e permanência segura nos territórios.

Lançamento de vídeo gravado resultante da IV RODA ON-LINE COM DEFENSORAS DE DIREITOS HUMANOS/PROTEÇÃO INTERNACIONAL - Parceria: CEAS - Centro de Estudos e Ação Social, CESE - Coordenadoria Ecumênica de Serviços e ONU - Mulheres do Brasil (Facebook e Twitter).



Encontro de 4 horas com cerca de 100 pessoas do Brasil e América Latina.

DE MOVIMENTO A MOVIMENTO

Durante o ano de 2021, diálogos entre o Movimento CETA e movimentos urbanos em uma ocupação do MSTB, na Rua do Passo, no Centro Histórico de Salvador, aconteceram. Participaram representantes do Centro Cultural Que Ladeira é Essa? (Ladeira da Preguiça), Artífices da Ladeira da Conceição da Praia, Grupo de Mulheres do Alto das Pombas e Vila Coração de Maria (Dois de Julho). Os encontros resgataram a memória de articulações entre movimentos rurais e urbanos em outros períodos para a realização de mobilizações, ocupações e pressionar sobre pautas comuns ou aliadas, como reforma agrária, direito à terra e à moradia digna. Foram abordados os temas da agroecologia, soberania alimentar e bens comuns, além de ser pautada a necessidade de formação política e de experiências de luta anticolonialista, antirracista e contra as demais formas de opressão e supressão dos direitos dos povos rurais e urbanos.

[CLIQUE AQUI PARA LER MAIS!](#)



ARTICULAÇÃO DOS POVOS DO CAMPO E DA CIDADE COMO ESTRATÉGIA PARA SOBERANIA ALIMENTAR

Como resultado de uma luta coletiva por soberania alimentar para o povo, acesso à terra, aos bens comuns e alimentos produzidos de forma agroecológica, o CEAS, juntamente com seus parceiros da Campanha *De Movimento a Movimento*, distribuiu, no total, até o final de 2021, mais de 20 toneladas de alimentos em cestas contendo frutas, hortaliças, raízes e grãos, como feijão, produzidos por camponeses e camponesas do Movimento CETA e ligados à Pastoral Rural da Diocese de Paulo Afonso.

Os destinos dos alimentos também são territórios de resistência – ocupações do Movimento Sem Teto da Bahia no Centro Antigo e Subúrbio, Ladeira da Preguiça, Artífices da Ladeira da Conceição, Vila Coração de Maria, a comunidade do Alto das Pombas, através do Grupo de Mulheres do Alto das Pombas e a Ocupação Carlos Marighella do Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas – MLB, localizada na Avenida Sete de Setembro, no Centro Antigo de Salvador.



[CLIQUE AQUI PARA LER MAIS!](#)



CAMPANHA DE ALIANÇA CAMPO E CIDADE DISTRIBUI ALIMENTOS AGROECOLÓGICOS EM ACAMPAMENTO NO SUDOESTE



Entre julho a outubro, cerca de 3 toneladas de alimentos foram entregues a comunidades no sudoeste baiano. A ação da campanha, articulada em parceria com a Rede Bem Viver de Vitória da Conquista, contemplou famílias do acampamento Terra Nobre do Movimento ASTERRAS, em Vitória da Conquista, que passaram por um processo violento de despejo pela prefeitura, em junho deste ano, e estão vivendo em situação de insegurança alimentar.



Entrega de Cestas no Acampamento Terras Nobres – Vitória da Conquista - BA

Os alimentos agroecológicos são oriundos de comunidades agricultoras das regiões: Lagoa e Água Verde, em Cândido Sales, Cedro e Cachoeira, em Ribeirão do Largo, Água Preta, em Encruzilhada e Água Sumida, em Itarantim.

[CLIQUE AQUI PARA LER MAIS!](#)

Vale citar também que nossa articulação chegou a comunidades de Itambé. Os alimentos agroecológicos foram produzidos e entregues a mais de 150 famílias por comunidades camponesas de Jeribá, Jussara, Caetano, José Jacinto e o assentamento Roseli Nunes do Movimento dos/as Trabalhadores/as Rurais Sem Terra. Além da necessidade de combater a fome e a insegurança alimentar, toda a ação possibilita o fortalecimento da produção camponesa, escoamento e comercialização de alimentos de bases agroecológicas na região, envolvendo comunidades ligadas à Articulação da Bacia do Rio Pardo no sudoeste baiano.



Desde meados do ano de 2020, no contexto da pandemia, o CEAS, em parceria com organizações de fomento a pequenos projetos, grupos e movimentos sociais das regiões da BHRP, assentados e acampados de Reforma Agrária e de comunidades urbanas da cidade de Salvador, viabilizou a produção e distribuição de mais de 20 toneladas de alimentos agroecológicos para famílias em situação de vulnerabilidade social e insegurança alimentar. Desse montante, no ano de 2021, e mais especificamente a partir do segundo semestre, a HEKS apoiou diretamente a produção e distribuição de 600 cestas agroecológicas (09 toneladas de alimentos), envolvendo diretamente 250 famílias produtoras de 04 áreas de reforma agrária, localizadas no município de Ibirapitanga e em comunidades situadas na BHRP nos municípios de Cândido Sales, Encruzilhada, Ribeirão do Largo e Itambé.



Entrega de cestas no município de Itambé

Cabe destacar que no município de Cândido Sales, a produção e entrega de 70 cestas de alimentos agroecológicos foi associada a uma discussão do PNAE no município, reivindicando, junto aos gestores públicos locais, a implementação desta política de compra dos produtos da Agricultura Familiar local para a Alimentação Escolar do município. Os gestores públicos presentes se comprometeram a dialogar, no início do ano de 2022, para a implementação desta política no município. Cabe salientar que as cestas produzidas em cada município da Bacia do rio Pardo foram produzidas pelos agricultores locais.



Entrega de cestas no município de Cândido Sales

A etapa de produção de cestas de alimentos agroecológicos foi viabilizada por meio de um remanejamento de recursos financeiros não utilizados e poupados (gastos administrativos e operativos) do orçamento financeiro do projeto no ano de 2021 dadas às circunstâncias de menor deslocamento operacional da equipe nas áreas e da rotina de trabalho remoto. Direta e indiretamente, a HEKS apoiou, nos anos de 2020 e 2021, a entrega de mais de 20 toneladas de alimentos agroecológicos.

Esta ação emergencial de produção de cestas de alimentos reverberou na produção de 02 vídeos institucionais, dois encontros virtuais com os movimentos urbanos e rurais parceiros da ação e na produção de folders explicativos do contexto sanitário, político e social. Tanto os materiais audiovisuais e materiais físicos foram distribuídos e enviados virtualmente para os parceiros e famílias beneficiadas com a ação. Os materiais físicos (panfletos) foram distribuídos juntamente com as 1.470 cestas produzidas durante o ano de 2021.



Panfleto comunicativo inserido nas cestas de alimentos

VÍDEOS

DE MOVIMENTO A MOVIMENTO: OCUPAÇÃO QUILOMBO PARAÍSO MSTB.

A campanha “De Movimento a Movimento por Soberania Alimentar e Defesa do Território” realizando ações de solidariedade e fortalecendo a articulação entre comunidades rurais e urbanas. **[CLIQUE AQUI PARA ASSISTIR!](#)**

AÇÃO EMERGENCIAL DE SOLIDARIEDADE - DE MOVIMENTO A MOVIMENTO.

Este vídeo apresenta a ação emergencial de solidariedade, articulada pelo Centro de Estudos e Ação Social e protagonizada por movimentos do campo - CETA e comunidades ligadas à Pastoral Rural da Diocese de Paulo Afonso - e urbanos, como Movimento Sem Teto da Bahia, Articulação do Centro Antigo, Grupo de Mulheres do Alto das Pombas e MLB (Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas).

[CLIQUE AQUI PARA ASSISTIR!](#)

COMBATE À PANDEMIA: CAMPONESES PRODUZEM ÁLCOOL 70° PARA DOAÇÃO.

Camponesas/es da Associação dos Produtores de Cachaça em Itarantim, no sudoeste da Bahia, produziram álcool 70° para doação em comunidades vulneráveis frente à pandemia de Covid-19. O álcool foi glicerinado e envasado pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Em seguida, foi distribuído em comunidades urbanas e rurais. As ações contaram com parceria do Centro de Estudos e Ação Social, da Heks/EPER e CESE. **[CLIQUE AQUI PARA ASSISTIR!](#)**

PROGRAMA MEMÓRIA

A equipe multidisciplinar que atua no Programa Memória é responsável pela organização e disponibilização de toda a documentação da entidade relativa à história dos grupos e lutas populares do Nordeste, desde a década de 50. O Programa é dividido em dois setores: a Biblioteca Cláudio Perani e a Casa da Memória Popular (CAMPO).

É importante ressaltar que, durante o período de pandemia da Covid-19, a equipe, em parceria com o Diretor de Publicações Antônio Dias, que possibilitou a contratação de uma arquivista para organizar o acervo privado de Padre Antônio Melo Costa, se dedicou a reestruturar e reorganizar todo o acervo biblioráfico do Ceas, inclusive, também foram realizadas atualizações on-line do nosso acervo. Através do site www.ceas.com.br/biblioteca, é possível verificar informações complementares sobre o Programa.

Nossos números são os seguintes: contagem total do acervo de livros do Ceas - 24.845; e total de catalogação - 2.244.

Vale destacar que Padre Antônio Melo Costa, citado acima, é natural de Aracaju, exerceu o sacerdócio durante anos e liderou, na década de 60, em Pernambuco, diversas lutas sociais em defesa dos camponeses. Padre Antônio, defensor da Reforma Agrária e exímio administrador, foi um homem que se empenhou não apenas pela defesa aos camponeses mas também em evangelizar os fiéis utilizando uma doutrina social.

Além da dedicação em relação ao acervo bibliográfico, o Programa Memória do CEAS também firmou parcerias e esteve presente em diversas atividades durante o ano de 2021. Confira abaixo algumas dessas atividades.

- **PODCAST GRUMAP** - Divulgação de pautas referentes à saúde com as datas em cada mês, estas relacionadas com a saúde do povo negro. A produção desses Podcasts foi mensal e veiculada em plataforma virtual com 500 views (indicativo do próprio Youtube), assim como no território cujo censo estima uma população de 3.823,00, segundo censo de 2010, mas a população cresceu nessa última década. No total, foram 10 podcast.
- **COMUNICA GRUMAP** - Produção e distribuição de 3.000 panfletos na comunidade como chamamento para a Feira de Saúde: GRUMAP Ecoa o Direito à Saúde da População Negra.

- **JULHO DAS PRETAS** (Em comemoração ao 25 de Julho: dia da Mulher Negra Afro Latina Americana e Caribenha) - O Julho das Pretas é uma ação de incidência política e agenda conjunta e propositiva com organizações e movimento de mulheres negras do Brasil, voltado para o fortalecimento da ação política coletiva e autônoma das mulheres negras nas diversas esferas da sociedade. A ação foi criada em 2013, pelo Odara – Instituto da Mulher Negra, e celebra o 25 de Julho, Dia Internacional da Mulher Negra Afro Latina Americana e Caribenha. A GRUMAP vem participando desta ação desde o ano de 2013 e, em 2021, ecoou com o Movimento de Mulheres Negras Feministas o tema geral do Julho: “Para o Brasil Genocida, Mulheres Negras apontam a Solução!”. O Julho denuncia o genocídio da população negra brasileira, em curso desde a fundação da nação, e intensificado durante a pandemia da Covid-19. Durante o mês, foram realizadas rodas virtuais, lançamento do vídeo da GRUMAP e podcast e distribuição de várias faixas e banners na comunidade.
- **DISTRIBUIÇÃO DE KITS DE PREVENÇÃO À COVID- 19** - Kit com máscara, álcool em gel e lenços higiênicos descartáveis. Foram entregues 2.000 Kits. Parcerias: GRUMAP, CEAS, CETA - Movimento de Trabalhadores Rurais e Assentados da Bahia, e Aldeias SOS BAHIA.



- **FEIRA DE SAÚDE “GRUMAP ECOA SAÚDE”** - A Feira foi o encerramento do processo das atividades desenvolvidas ao longo do ano de 2021. Estimamos a presença de cerca de 200 pessoas na Feira, em relação direta, fazendo parte das atividades, e 500 pessoas em relação indireta, apenas assistindo ao evento, de longe, ou ouvindo o carro de som circulando na comunidade. O principal resultado foi a GRUMAP ter tornado público a defesa da saúde e pelo direito à saúde, principalmente em tempo de pandemia, tempo em que o Estado se mantém ausente.

Depois da pandemia, foi a primeira ação em área aberta com ações diversas. Nas ruas, foram mobilizadas cerca de 200 mulheres e, no espaço da Feira, foram realizadas as seguintes atividades na praça pública: aferição de pressão e de glicemia; entrega de cesta de alimentação solidária; momento do vínculo com a ancestralidade através das plantas, trocas de plantas; momento do bazar; ingestão de chás; distribuição de máscaras, incensos, sabonetes naturais e hidratante. O evento foi iniciado com a Alvorada, soltando fogos de artifício, logo depois, saudação com atabaque e café da manhã, em seguida, ciranda da Boiada Multicolorida com as crianças da Oficina Brincante, Percussão com as crianças da Oficina de Arte-Educação, música ao vivo, prática de fisioterapia, respiração e alongamento em roda presencial de autocuidado, recitação de poesias e samba de roda. O fechamento foi feito com um almoço na sede da GRUMAP para as lideranças e convidadas. A Grumap firmou vínculos e fortalecimento com a presença de todos os parceiros, o compromisso das agentes comunitárias de saúde que não estiveram presentes, fisicamente, porque estavam em campanha de vacinação, a presença da Universidade Federal da Bahia, grupo de Fisioterapia da UFBA, grupo Griô da FAGED UFBA, Coletivo Ana Montenegro, CEAS, emanção de saúde e prosperidade a partir das cestas básicas compradas com recursos do Fundo Brasil e das cestas de alimentos doadas pelo CETA (Coordenação dos Trabalhadores da Luta pela Terra), pessoal da Paróquia local, dos Terreiros de Candomblé, crianças das escolas públicas e particulares, Diretora da Escola Tertuliano de Góes, mulheres trabalhadoras dos salões de beleza e um grupo de funcionários da Coelba. Contribuição cultural de artistas: músicos, cantoras, poetisas, recital de poesia. A Feira foi um momento de celebração da vida em tempos de pandemia e para reafirmar que o povo negro e as mulheres pretas resistem.

FEIRA DE SAÚDE

GRUMAP ECOA O DIREITO A SAÚDE DO POVO NEGRO

CONVITE

A Grumap-Grupo de Mulheres do Alto das Pombas convida toda a comunidade para participar da **Feira de Saúde.**

Dia: 20/11/21 Sábado)

Horário: 8:30 h às 12:00 h

Local: Praça do Alto das

PROGRAMAÇÃO

Abertura : 8:30 h Toque dos Atabaques, Foguetes e Café da Manhã

- Roda de Cuidado e Autocuidado
- Aferição de Pressão Arterial
- Oficina Brincante (Boi Multicor)
- Poesia e Música
- Teste de Glicemia
- Oficina Corpo, Poesia e Memória
- Barracas (Ervas Medicinais, Plantas Ornamentais, Bazar..)
- Oficina de Percussão
- Brincadeiras e Pintura para as Crianças

Realização: GRUMAP, GRIÔ/UFBA, CEAS, PSF/Posto de Saúde e Fisioterapia / UFBA e Escolas da Comunidade.

Apoio: Fundo Brasil de Direitos Humanos



ARTICULAÇÕES

1

Em 2021, o CEAS colheu resultados em relação aos seus compromissos plenajados em constantes diálogos com a **Rede Comparte**. Toda a atuação desta parceria está presente em territórios rurais e urbanos a fim de beneficiar comunidades em condição de vulnerabilidade pelo sistema econômico e político vigente.

A seguir, apresentamos alguns de nossos resultados.

- GT de Produção e Comercialização - Processo de elaboração do plano estratégico de comercialização do Cacau Agroecológico - CETA SUL.
- Curso Diplomado de Gestão Financeira de Organizações Solidárias – Dentro das possibilidades de acompanhamento do curso, alguns levantamentos relativos ao plano de negócios já contribuíram com a reflexão sobre dinâmicas da associação do CETA.
- GT Produção e Comercialização - Plano estratégico de comercialização do Cacau Agroecológico difundido a partir do material formativo para os/as assentados/as e acampados/as. Técnicas difundidas para as famílias, projeção de atingir, apenas na área do CETA, 350 famílias (80 famílias já dominam a técnica).
- Encontro ESAD – Assessoria ao processo produtivo e de comercialização do Cacau do CETA.
- Realização da leitura estratégica do território do Sul da Bahia, em diálogo com a Rede Comparte. O trabalho em andamento e o recurso desta tarefa será destinado ao Fundo Rotativo Solidário.
- GT Gênero - Encontro bimensais; linha de base elaborada e repassada para Comparte; processo de elaboração do autodiagnóstico de gênero nas organizações que atuam com a dimensão produtiva – CETA Sul (perspectiva de finalização em 2022). Após o autodiagnóstico, a proposta é assessoria de Comparte na dimensão de gênero na área produtiva.

2

A Articulação (PI, AATR, CESE e CEAS) para a Proteção coletiva das Defensoras/es dos Direitos Humanos realizou ações de formação ampla e ações mais concretas e localizadas nos territórios em duas (02) dimensões:

- *Realização de 04 formações on-lines sobre gestão coletiva do risco e da proteção para organizações, comunidades, grupos defensores de direitos humanos - Webnários, em 4 etapas, com participação de parceiros; Ceas responsável por uma etapa: Debate com Raul Zibeck – "Análise do cenário das lutas sociais e populares na América Latina - conflitos, resistências e experiências de proteção coletiva".*
- *Ações concretas de defesa coletiva do território.*

Veja nossos avanços com esta articulação.

- Fortalecimento das ações de cercamento de quatro nascentes na região da Bacia do Rio Pardo e cerca viva em processo de construção na ocupação Paraíso (ações de comunicação e mobilização para a construção da cerca viva no processo de entrega das unidades habitacionais na região da APA – Bacia do Cobre).
- Articulação com PI na mobilização de projetos institucionais - contribuições técnico-políticas para o projeto submetido ao edital da Embaixada dos Países Baixos para a realização de intercâmbios no âmbito da articulação Campo e Cidade (em análise) e FAU (aprovado) para a estruturação da cozinha da Gamboa e análise de risco.
- Diagnóstico sobre a segurança de comunicação no CEAS (âmbito interno). O CEAS está implementando, gradualmente, as recomendações.

3

O CEAS participou da organização das Rodas de Conversa do **Observatório Nacional de Justiça Socioambiental Luciano Mendes de Almeida (OLMA)**, além de participar também da mesa sobre questão racial na SJ, em abril de 2021, na reunião do Conselho.

Vale citar que um plano de curto, médio e longo prazo para a mobilização de recursos a partir da realidade dos centros e obras foi construído e também ações de comunicação para visibilizar a atuação dos centros e obras foram realizadas.

Veja abaixo nossos avanços que envolvem perspectivas de diálogos bilaterais para pensar ações conjuntas a partir das convergências políticas, além de fortalecerem os laços de solidariedade entre os centros e obras.

- Representação do CEAS e acompanhamento nas rodas de Educação Popular do OLMA; espaços de diálogo e formação que têm aberto possibilidades de articulações com centros sociais da SJ e dado visibilidade ao CEAS; possibilidades de apoio (comunicação, recursos e etc.).
- Participação do CEAS em duas rodas de conversa: O papel da mulher na SJ (participação na mesa); e Live de aniversário do OLMA (participação na mesa).
- Parceria para a publicação do livro de Joaci Cunha sobre a questão agrária e a história das lutas no campo. O livro já está sendo finalizado.



4

O Seminário do CEAS, que discutiu realidade sociorracial e ambiental de Salvador, possibilitou a construção de estratégias após o evento.

A atividade, composta por quatro mesas de debate, foi pensada a fim de retomar a aproximação da entidade com a Arquidiocese e de contribuir, a partir da reflexão acadêmica e dos movimentos sociais, para a Igreja em seu processo de inserção no território e conhecimento a respeito dos principais desafios para o trabalho social na capital baiana.

- Seminário realizado em quatro etapas com debates estratégicos sobre a realidade socioespacial e racial em Salvador.

ANÁLISE DE CONJUNTURA

ANÁLISE DE CONJUNTURA EM ATOS: A CRISE BRASILEIRA NO CONTEXTO VIRAL.

Essa série de atos disponíveis em áudio e em texto esboça a compreensão do Centro de Estudos e Ação Social (CEAS) sobre a conjuntura brasileira no primeiro semestre de 2021, sob o ponto de vista da sua equipe. Para alinhar esta análise, discutimos quatro aspectos centrais do contexto nacional. Em cada um dos aspectos abordados, aqui chamados de atos, busca-se perceber as interconexões presentes nas dinâmicas internas e externas ao país, assim como os elos existentes entre os acontecimentos conjunturais e seu processo de produção histórico-estrutural.



OUÇA OS ATOS AQUI!



LEIA A ANÁLISE COMPLETA!

EDIÇÃO 251

O número 251 da revista traz o Dossiê **“Interações contemporâneas entre o rural e o urbano”** e conta com 10 artigos abordando aspectos em torno do tema e outras questões que atravessam os territórios no campo e na cidade, como direito à moradia, racismo, resistências e políticas públicas.

CONFIRA NA ÍNTEGRA!

EDIÇÃO 252

A mais nova edição dos Cadernos do CEAS já está disponível e traz, além da análise de conjuntura da equipe do CEAS, o editorial **“Da pandemia sobre dominância financeira”**, de autoria do Prof. Dr. Joaci Cunha e da Profa. Dra. Ângela Borges e mais 7 artigos que versam sobre a pandemia, capitalismo financeiro, mineração, educação, direitos humanos e racismo.

CONFIRA NA ÍNTEGRA!



Centro de Estudos e Ação Social

WWW.CEAS.COM.BR



facebook.com/ceasbahia



instagram.com/ceasbahia



twitter.com/ceas_bahia